Artigo 6.º

A cessão de quotas, quer entre sócios, quer a terceiros, depende sempre do consentimento da sociedade, que deliberará por maioria simples.

Artigo 7.º

1 — É permitida a amortização de quotas nos seguintes casos:

a) Nos casos de falência ou interdição do respectivo titular, de penhora, arresto, arrolamento, adjudicação ou arrematação judicial;

b) Se o titular, durante dois anos consecutivos, não comparecer ou não se fizer representar em nenhuma assembleia geral da sociedade;

c) Se o respectivo titular ceder as quotas com infracção do disposto na cláusula 6.ª;

d) Em caso de falecimento ou invalidez permanente do titular;

e) Em caso de divórcio ou separação judicial de pessoas e bens desde que em resultado da partilha a quota venha a ser adjudicada ao cônjuge;

f) Em caso de violação grave dos deveres de sócio para com a sociedade e, bem assim, naqueles em que o sócio incorra em pena disciplinar que afecte o bom nome da sociedade ou se verifique a exclusão da sua inscrição como liquidatário.

2 — A sociedade poderá deliberar a amortização ou aquisição no prazo de 120 dias a contar da data do conhecimento do fundamento, não sendo admitido a votar na respectiva deliberação o titular da quota a amortizar

3 — O valor da amortização será determinado por balanço especial a realizar para o efeito, excepto nos casos previstos nas alíneas b), e) e f), casos em que a contrapartida da amortização será igual ao valor nominal da quota.

Artigo 8.º

A sociedade autoriza desde já os sócios a exercer actividades profissionais de gestão remunerada fora da sociedade e que exerçam à data da sua constituição e poderá prestar esses consentimento em relação àquelas que os sócios pretendam exercer após esta data.

Disposição transitória

Fica a gerência, desde já, autorizada a levantar o capital social depositado, a fim de custear as despesas de constituição e registo da sociedade, aquisição de equipamento e instalação da sede social.

Que a sociedade assume, desde já, as obrigações decorrentes de negócios jurídicos celebrados, em seu nome, pela gerência, bem como a aquisição para a sociedade de quaisquer direitos, antes do registo definitivo do contrato social, sem prejuízo do disposto no artigo 5.º do Código das Sociedades Comerciais e de harmonia com o artigo 19.º e quaisquer outros aplicáveis do citado diploma legal.

Está conforme o original.

14 de Junho de 2006. — O Primeiro-Ajudante, *Pedro Fernando da Silva Costa*.

3000214668

MOBI JAZZ — SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES, S. A.**Anúncio n.º 7929-LE/2007**

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 9580/001110; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 57/001110.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe, que se rege pelo contrato cuja extracto é o seguinte e foi constituída por:

1.º Engenheiro Joaquim da Silva Paiva Chaves, casado, natural da freguesia de São Sebastião da Pedreira, concelho de Lisboa, residente na Alameda de Ernesto Castro e Silva, 8, em Caxias, concelho de Oeiras, o qual outorga na qualidade de procurador substabelecido e em representação da sociedade anónima com a firma Jazztel Portugal — Serviços de Telecomunicações, S. A., com sede em Lisboa, na Praça de Duque de Saldanha, 1, 5.º, letras E-F, freguesia de São Jorge de Arroios, número de identificação de pessoa colectiva 504534491, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 9360, com o capital social de 2 500 000 euros, conforme procuração e substabelecimento, que arquivo.

2.ª Pirjo Hannele Kekalainen-Torvinen, casada, natural de Helsínquia, Finlândia, onde reside, em Kuusisaarenpolku, que outorga na qualidade de procuradora substabelecida e em representação da sociedade Sonera Corporation, com sede em Teollisuuskatu 15, FIN-00510, Helsínquia, Finlândia, registada na Conservatória do Registo Comercial de Helsínquia, número de identificação de pessoa colectiva 980215633 — conforme procuração e substabelecimento, que arquivo.

3.º António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota, casado, natural da freguesia de Cepelos, concelho de Amarante, onde reside, na Casa de Cepelos, o qual outorga na qualidade de presidente do conselho de administração e em representação da sociedade anónima com a firma ENGIL — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., com sede na Rua de Mário Dionísio, 2, em Linda-a-Velha, freguesia de Linda-a-Velha, concelho de Oeiras, número de identificação de pessoa colectiva 502399694, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Cascais sob o n.º 10 363, de Oeiras, com o capital social de 16 100 600 000\$ — qualidade e poderes para o acto que verifiquei pela fotocópia da acta n.º 38, da reunião do conselho de administração realizada no dia seis do mês de Outubro corrente, conjuntamente com a fotocópia da certidão expedida pela dita Conservatória do Registo Comercial de Cascais, documentos que arquivo.

4.º Dr. José Manuel de Almeida Archer, casado, natural da freguesia de Cedofeita, concelho do Porto, com domicílio profissional na Rua do Noronha, 1, em Lisboa, o qual outorga na qualidade de procurador e em representação do CENTRAL — Banco de Investimento, S. A., com sede em Lisboa, na Avenida da República, 23, freguesia de Nossa Senhora de Fátima, número de identificação de pessoa colectiva 502220570, matriculado na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 4579, com o capital social de 8 000 000 000\$ — conforme procuração, que arquivo.

5.º James Alexander Bryce, solteiro, maior, natural de Portsmouth, Reino Unido, residente em 29 Marryat Road, Wimbledon, Londres, o qual outorga na qualidade de procurador e em representação da sociedade comercial JP Morgan Capital Corporation, com sede em Christiana Road, Stanton, Delaware, Estados Unidos da América, matriculada no Registo Comercial de Delaware, com o capital social de 367 000 000 de dólares, número de identificação de pessoa colectiva 980215625 — conforme procuração, que arquivo.

Artigo 1.º

Tipo social e firma

A sociedade assume a forma de sociedade anónima e adopta a firma *Mobi Jazz* — Serviços de Telecomunicações, S. A.

Artigo 2.º

Duração e sede social

1 — A sociedade durará por tempo indeterminado e tem sede social no Edifício Diogo Cão, Alcântara Norte, na freguesia dos Prazeres, em Lisboa.

2 — O conselho de administração poderá livremente deslocar a sede para qualquer outro local dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe.

3 — O conselho de administração poderá também livremente criar, manter, transferir ou encerrar sucursais, agências, delegações ou quaisquer outras formas de representação da sociedade, em território nacional ou no estrangeiro.

Artigo 3.º

Objecto

A sociedade tem por objecto:

1) O exercício da actividade de operador de redes de telecomunicações e de prestação de serviços de telecomunicações, designadamente na área das telecomunicações celulares;

2) O conselho de administração poderá deliberar a aquisição pela sociedade de participações em sociedades de responsabilidade ilimitada, em sociedades com objecto diferente do referido no número anterior e em sociedades reguladas por leis especiais, bem como ser parte em agrupamentos complementares de empresas, associações e participações e consórcios.

CAPÍTULO II

Capital social, acções, obrigações e prestações acessórias

Artigo 4.º

Capital social

1 — O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de 50 000 euros.

2 — O capital social é representado por 50 000 acções nominativas, escriturais, com valor nominal de 1 euro cada uma.

Artigo 5.º

Acções preferenciais sem voto

1 — A sociedade poderá emitir acções preferenciais sem voto.

2 — As acções ordinárias podem ser convertidas em acções preferenciais sem voto.

3 — As acções preferenciais sem voto podem, na sua emissão, ficar sujeitas a remição em data fixa ou quando a assembleia geral o deliberar.

4 — Quando remíveis, as acções serão remidas pelo valor nominal ou, se a assembleia geral assim deliberar e determinar, com a concessão de um prémio.

Artigo 6.º

Regime de transmissão de acções

1 — Qualquer transmissão de acções, entre vivos, gratuita ou onerosa, voluntária ou em consequência de um processo judicial ou administrativo, está sujeita ao direito de preferência dos demais accionistas, nos termos dos números seguintes.

2 — O accionista que se proponha transmitir as respectivas acções deverá comunicar por escrito essa intenção ao conselho de administração, indicando a quantidade, o valor global da venda, o valor por acção, o prazo de pagamento e a identificação do respectivo comprador.

3 — O conselho de administração comunicará por escrito a cada sócio, no prazo de 10 dias, a intenção de venda das acções, acompanhada de todos os elementos referidos no número anterior.

4 — Recebida a comunicação mencionada no número anterior, os accionistas da sociedade poderão exercer o seu direito de preferência, no prazo de 70 dias, por declaração escrita a enviar ao conselho de administração.

5 — Caso vários accionistas exerçam o seu direito de preferência, as acções a alienar serão atribuídas a cada um, na proporção das respectivas participações sociais, cabendo as acções eventualmente excedentes ao accionista que detenha maior número de acções.

6 — Findo o prazo referido no n.º 4 e tendo sido exercido o direito de preferência por algum ou alguns dos restantes accionistas da sociedade, o accionista alienante está obrigado a transmitir as respectivas acções aos accionistas preferentes no prazo máximo de 30 dias.

7 — Findo o prazo referido no n.º 4 sem que tenha sido exercida preferência sobre a totalidade das acções, o accionista alienante poderá, no prazo de 30 dias e nos termos comunicados à sociedade, transmitir as respectivas acções.

8 — Ultrapassados os 30 dias referidos no número anterior sem que a alienação tenha lugar, o accionista alienante deverá submeter à sociedade nova comunicação de intenção de alienação.

9 — Nos casos de transmissão de acções em consequência de processo judicial ou administrativo, os prazos referidos nos números anteriores contar-se-ão da data em que, pelo adjudicatário, seja requerida a inscrição da aquisição das acções.

10 — Tratando-se de transmissão a título gratuito ou provando a sociedade que no negócio proposto pelo accionista alienante houve simulação de preço, a aquisição far-se-á pelo valor real, determinado nos termos previstos no artigo 105.º, n.º 2, do Código das Sociedades Comerciais.

11 — A transmissão de acções efectuada com desrespeito pelo disposto neste artigo implica a inoponibilidade da alienação à sociedade e o consequente não reconhecimento, para todos os efeitos, da qualidade de accionista ao adquirente.

12 — Não se considera abrangida por este artigo a transmissão de acções feita por um accionista para sociedade que se encontre com aquele em, pelo menos, relação de domínio.

Artigo 7.º

Obrigações e outros valores mobiliários

A sociedade poderá emitir obrigações ou outros valores mobiliários admitidos por lei.

Artigo 8.º

Valores mobiliários próprios

É admitida a aquisição de acções e obrigações próprias em todos os casos e nos termos em que a lei o permite.

Artigo 9.º

Prestações acessórias

1 — A sociedade poderá, por deliberação da assembleia geral aprovada por maioria de dois terços dos accionistas presentes, impor a todos os accionistas a realização de prestações acessórias, designadamente em dinheiro ou em serviços.

2 — As prestações acessórias poderão ser efectuadas a título gratuito ou oneroso, consoante o que for deliberado na assembleia geral que as determine, devendo, ainda, tal deliberação fixar as demais condições relevantes para a realização das prestações, designadamente no que se refere ao prazo e às condições da respectiva restituição, quando do caso.

CAPÍTULO III

Órgãos sociais

Artigo 10.º

Órgãos sociais

São órgãos da sociedade a assembleia geral, o conselho de administração e o fiscal único.

SECÇÃO I

Assembleia geral

Artigo 11.º

Mesa da assembleia geral

A mesa da assembleia geral é composta por um presidente e um secretário, eleitos por aquela, por períodos de quatro anos, de entre os accionistas ou outras pessoas.

Artigo 12.º

Participação da assembleia e sua convocação

1 — Não é permitida a participação na assembleia geral aos accionistas sem direito de voto e aos obrigacionistas, sem prejuízo do disposto na lei quanto a representantes comuns.

2 — Os accionistas que pretendam participar na assembleia geral devem comprovar, até 15 dias antes da respectiva reunião, a inscrição em conta de valores mobiliários escriturais das suas acções, enviando a competente declaração ao presidente da mesa da assembleia geral.

3 — A assembleia geral poderá reunir, sem observância de formalidades prévias, desde que todos os accionistas estejam presentes e manifestem a vontade de que a assembleia se constitua e delibere sobre determinados assuntos.

4 — A cada acção corresponde um voto.

Artigo 13.º

Quórum constitutivo e deliberativo

1 — A assembleia geral só poderá deliberar validamente:

a) Em primeira convocatória, se estiverem presentes ou representados accionistas que detenham, pelo menos, acções correspondentes à maioria do capital social;

b) Em segunda convocatória, se estiverem presentes ou representados accionistas que detenham, pelo menos, acções correspondentes a 45 % do capital social.

2 — A assembleia geral deliberará por maioria dos votos emitidos, salvo quanto aos assuntos referidos no n.º 2 do artigo 383.º do Código das Sociedades Comerciais, à emissão de obrigações e à realização de prestações acessórias, em que se exige a maioria de dois terços dos votos emitidos.

SECÇÃO II

Conselho de administração

Artigo 14.º

Composição e presidente do conselho, designação e substituição dos seus membros

1 — O conselho de administração é composto, em número ímpar, por um mínimo de 3 e um máximo de 13 membros, eleitos pelos accionistas, por períodos de quatro anos.

2 — As vagas ou impedimentos que ocorram no conselho de administração devem ser preenchidas por cooptação.

3 — O conselho terá um presidente.

4 — Nas suas faltas ou impedimentos, o presidente será substituído pelo vogal do conselho de administração por si designado para o efeito.

5 — A assembleia geral deliberará sobre a necessidade ou não de os administradores prestarem caução.

Artigo 15.º

Reunião, quórum e deliberações do conselho

1 — O conselho de administração fixará as datas ou a periodicidade das suas reuniões ordinárias e reunirá extraordinariamente sempre que convocado pelo respectivo presidente, o qual poderá proceder a tal convocação por sua iniciativa ou a requerimento de dois administradores ou do fiscal único.

2 — Os membros do conselho de administração poderão fazer-se representar nas reuniões por outro membro do conselho, designado por simples carta dirigida a quem presidir à reunião.

3 — Os membros do conselho de administração que não possam estar presentes na reunião poderão, em caso de deliberações consideradas urgentes pelo respectivo presidente, expressar o seu voto por carta dirigida ao presidente.

4 — O conselho de administração reunirá validamente desde que esteja presente ou representada a maioria dos administradores eleitos.

5 — O conselho de administração deliberará por voto favorável da maioria dos administradores presentes ou representados.

6 — As deliberações do conselho de administração constarão sempre de acta, que consignará os votos de vencido.

Artigo 16.º

Competência

Cabem ao conselho de administração os mais amplos poderes, representando a sociedade, em juízo e fora dele, activa e passivamente, assim como deliberar sobre qualquer assunto da administração da sociedade, nomeadamente os indicados no artigo 406.º do Código das Sociedades Comerciais, e ainda pactuar com devedores e credores, confessar, desistir ou transigir em quaisquer acções.

Artigo 17.º

Delegação de poderes de gestão

1 — O conselho de administração, por deliberação, poderá delegar num ou mais administradores ou numa comissão executiva formada por um número ímpar de administradores a gestão corrente da sociedade, nos termos da lei.

2 — A deliberação do conselho de administração deve fixar os limites da delegação atentas as limitações legais e, no caso de criar uma comissão, deve estabelecer a composição e o modo de funcionamento desta.

3 — A deliberação que nomear uma comissão executiva ou deliberar uma delegação de competências e fixar as competências a atribuir deverá ser adoptada pelo voto favorável de dois terços do número total de membros do conselho de administração.

Artigo 18.º

Vinculação

1 — A sociedade obriga-se:

- a) Pela assinatura de dois administradores;
- b) Pela assinatura de um só administrador-delegado dentro dos limites da delegação do conselho;
- c) Pela assinatura dos mandatários constituídos nos termos dos correspondentes mandatos.

2 — Em assuntos de mero expediente bastará a assinatura de um administrador.

SECÇÃO III

Fiscalização da sociedade

Artigo 19.º

Fiscalização da sociedade

A fiscalização da sociedade será exercida por um fiscal único efectivo e por um fiscal único suplente, eleitos pela assembleia geral por períodos de quatro anos.

SECÇÃO IV

Secretário da sociedade

Artigo 20.º

Secretário da sociedade

A sociedade terá um secretário da sociedade e um suplente do secretário da sociedade, nos termos previstos nos artigos 446.º-A e seguintes do Código das Sociedades Comerciais.

CAPÍTULO IV

Aplicação dos resultados apurados

Artigo 21.º

Aplicação dos resultados

1 — Os lucros anuais, devidamente aprovados, terão a seguinte aplicação:

- a) Uma percentagem não inferior a 5 % será destinada à constituição da reserva legal, até atingir o montante exigível por lei;
- b) Uma percentagem não inferior a 40 % dos lucros distribuíveis será distribuída pelos accionistas, a título de dividendo, sem prejuízo de a assembleia geral, por maioria qualificada de 60 % dos direitos de voto do capital social, poder deliberar no sentido da redução do dividendo ou mesmo da sua não distribuição;
- c) O remanescente será afecto aos fins definidos pela assembleia geral.

2 — Nos termos e dentro dos limites legalmente estabelecidos, podem ser feitos aos accionistas adiantamentos sobre lucros no decurso do exercício.

CAPÍTULO V

Dissolução e liquidação da sociedade

Artigo 22.º

Dissolução e liquidação

- 1 — A sociedade dissolve-se nos casos e nos termos legais.
- 2 — A liquidação da sociedade rege-se-á pelas disposições da lei e pelas deliberações da assembleia geral.

CAPÍTULO VI

Disposições finais

Artigo 23.º

Autorização para a prática de actos

1 — O conselho de administração, através dos seus membros, fica, desde já, autorizado a celebrar negócios jurídicos que se relacionem com o objecto social, bem como a levantar o montante do capital social para pagar todas as despesas relacionadas com a constituição e registo da sociedade.

2 — A sociedade assume, desde já, a responsabilidade pelas obrigações inerentes e decorrentes da execução das actividades aqui explicitadas.

20 de Novembro de 2000. — A Segunda-Ajudante, *Maria Olívia de Sousa Rebelo*.